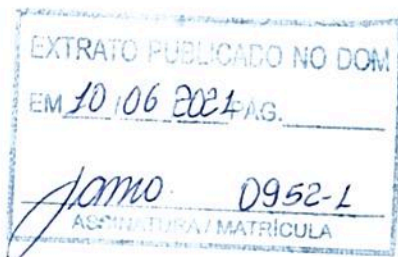




649  
R



PROCESSO Nº 01-070.419/20-36

IJ 01.2021.2702.0002

TERMO ADITIVO Nº 02 ao CONTRATO DJ 006/2021 que entre si fazem a SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL - SUDECAP e MCM EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP, nos termos da Solicitação de aditivo de prazo nº 02, datada de 25/05/2021, com o objetivo de prorrogar o prazo de vigência e de execução, mediante a seguinte forma:



**CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O prazo de vigência do Contrato DJ 006/2021, oriundo da licitação SP 004/2020 – RDC tendo por objeto execução das obras e serviços de Reforma do Ginásio Frei Luiz, fica prorrogado pelo prazo de 60 dias, passando seu término do dia 17/09/2021 para 16/11/2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

O prazo de execução do Contrato DJ 006/2021, fica prorrogado pelo prazo de 60 dias, passando seu término do dia 05/06/2021 para 04/08/2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA – ANEXOS**

O Cronograma Físico-Financeiro (fls. 628) integra este instrumento para todos os efeitos de direito.

**CLÁUSULA QUARTA- PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

Em observância ao disposto no artigo 56, §2º da Lei nº 8.666/1993, c/c artigo 63, §2º, do Decreto Municipal nº10.710/01, a contratada prorroga a garantia de execução do contrato, com vigência, no mínimo superior a 180 dias do termo final do contrato indicado na Cláusula Primeira deste instrumento, conforme guia de recolhimento de garantia nº 2021/2180 000 02 / 02, emitida pela SUDECAP.

*Rhoxally*



*[Handwritten signature]*






648  
R

Ressalvado o disposto neste instrumento, ficam mantidos e ratificados os termos do contrato base, ora aditado.

E por estarem assim firmes e ajustadas, as partes contratantes, já qualificadas no Contrato original, assinam, por seus representantes ao final nomeados, o presente instrumento, digitado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos de direito.



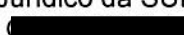
Belo Horizonte, 06 de julho de 2021.

  
Henrique de Castilho Marques de Sousa  
Superintendente da SUDECAP

  
Departamento de Contratações  
In nº 002453-9 DPCT/SUDECAP

  
MCM EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP  
Nome: Barbara Maria de Oliveira  
CPF: 

Visto:

  
  
Diretor Jurídico da SUDECAP  






Belo Horizonte, 08 de junho de 2021.

**PARECER JURÍDICO DPCT-SD Nº 93/2021**

**Processo:** 01-070.419/20-36

**Referência:** Solicitação nº 2 de 25/05/2021

**Contrato:** DJ 006/2021 – Licitação SP 004-2020 - RDC

**Contratada:** MCM EMPREENDIMENTOS EIRELLI-EPP

**Objeto:** Execução das obras e serviços de reforma do Ginásio Frei Luiz

**Ementa:** Celebração de Termo Aditivo – Prorrogação de prazo – Fundamentação – art. 57, §1º, incisos I, II e IV da Lei nº 8.666/93 – Possibilidade.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de **Solicitação de Aditivo de Prorrogação de Prazo nº 2, datada de 25/05/2021**, subscrita pelo fiscal do contrato e aprovada pelo Diretor de Manutenção e pelo Superintendente da SUDECAP que, no âmbito de suas competências, solicitam a prorrogação dos prazos de vigência e de execução do Contrato DJ 006/2021, por mais 60 dias.

Nesse contexto o prazo de vigência passará o seu término de 17/09/2021 para **16/11/2021**, enquanto o término do prazo de execução passará do dia 05/06/2021 para **04/08/2021**.

O expediente em análise encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- I) Solicitação de Aditivo de Prazo Nº 02 de 25/05/2021 (fls. 623/624);
- II) Justificativa para a prorrogação de prazo (fls. 625/626);
- III) Carta da empresa requerendo a prorrogação (fls. 627);
- IV) Cronograma Físico-Financeiro (fls. 628);
- V) ART da Fiscal do Contrato e ART do engenheiro da empresa (fls. 629/631);
- VI) Informações Cadastrais do Contrato (fls. 632/634);
- VII) SUCAF (fls. 635).

*[Handwritten signature]*





A justificativa explicitada pelo Fiscal do Contrato, através do **ofício GERMANO-SD/DJUR-SD-Ofício:009/2021**<sup>1</sup> aduz, em síntese, que a prorrogação de prazo é necessária pois:

[...] Situa-se que, ao iniciar a execução dos serviços, observou-se que havia ocorrido a ação de vandalismo, após a licitação do contrato, aumentando serviços, tais como: rede elétrica que foi furtada, assentamento de azulejos e pisos dos vestiários que foram incendiados. Também algumas esquadrias metálicas foram retiradas. Esta situação ampliou as atividades da obra a serem realizadas.

Assim sendo, tendo em vista o interesse da Administração em finalizar o objeto contratual, e ainda, considerando que a empresa (i) vem prestando satisfatoriamente os serviços, (ii) manifestou interesse quanto à prorrogação do contrato (documento anexo); e (iii) mantém as condições de habilitação, exigidos na licitação, o presente aditivo de prorrogação dos prazos de vigência e execução de 60 (sessenta) dias consecutivos é urgente e inadiável visando ao atendimento das necessidades do Município. (Grifo Nosso)

Destaca-se que no processo em debate há uma reprogramação de planilha, com acréscimo de quantitativo e valor correspondente a 31,60 % do valor inicial do contrato alicerçado no **ofício GERMANO-SD/DJUR-SD-Ofício 006/2021** (fls.602/603) por **fatos ocorridos antes da emissão da Ordem de serviço**, tais como: a) depredação causada por ações de vandalismo na edificação e adjacências, b) furto de instalações elétricas e hidráulicas da unidade e c) incêndio em parte da edificação.<sup>2</sup>

É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Registra-se, preliminarmente, que não cabe aos Pareceristas que este subscrevem imiscuírem-se no mérito das justificativas, declarações, cálculos, cronogramas físico-financeiros, planilhas que instruem o presente expediente e tampouco da avaliação de conveniência e oportunidade da alteração contratual pretendida, todos relacionado a áreas técnicas específicas, e que são de competência e responsabilidade do(s) órgão(s) responsável (is) pela fiscalização do contrato e/ou do órgão solicitante, detentor(es) de conhecimentos técnicos especializados para tanto, competindo aos Pareceristas / Diretoria Jurídica da SUDECAP a orientação, contemplando tão somente o exame prévio dos aspectos jurídicos formais do expediente sobre a possibilidade legal / jurídica acerca do aditamento solicitado. A orientação jurídica aqui esposada é alicerçada em documentos e manifestações exaradas por agentes públicos as quais se presumem verdadeiras. Em virtude da "Teoria dos Motivos Determinantes" os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos.

<sup>1</sup> Documento assinado pelo Engenheiro Humberto Corrêa Soares (Gerência Regional de Manutenção Noroeste) e por Renata de Cássia Mascarenhas (Gerente SD- Germano-SD).

<sup>2</sup> Desta feita, não é compatível a informação do fiscal (fl.625) de que o contrato vigente possui saldo remanescente não sendo gerada nenhuma despesa complementar ao Município. Solicitação de Ajuste Contratual com ou sem valor nº 1, datada de 13/04/2021. Parecer jurídico DPCT-SD nº83/2021.





643  
R

jurídicos, de sorte que a legalidade da alteração contratual está necessariamente vinculada à existência dos fatos descritos na solicitação de aditamento.

Os prazos previstos nos instrumentos contratuais devem ser fielmente cumpridos pelas partes, ante o princípio da obrigatoriedade das convenções, a indisponibilidade dos interesses atribuídos ao Estado e a isonomia. Nesse contexto, destaca-se que o ato convocatório define os prazos, de modo a garantir que todas as licitantes competidoras tenham acesso prévio a essa informação, uma vez que tal fator pode ser definitivo para a participação no certame.<sup>3</sup>

Todavia, a Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666/1993, prevê, no §1º do artigo 57, hipóteses de eventos supervenientes que ensejam a prorrogação do prazo contratual. Há duas categorias de causas autorizadas de prorrogação: eventos provocados pela Administração e causas de força maior ou caso fortuito.

Art. 57 [...]

§ 1º - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

Salienta-se que "inexiste margem de discricionariedade para a Administração negar a prorrogação, nos casos previstos no art. 57, §1º. Trata-se de atividade vinculada, cujos pressupostos estão arrolados no texto legal", nos termos do exposto por Marçal Justen Filho<sup>4</sup>. Portanto, uma vez enquadrada a situação fática à hipótese legal, não resta outra opção à Administração Pública que não a de prorrogar o ajuste contratual.

Ainda sobre o aditamento de prazo dos contratos administrativos, cumpre transcrever o seguinte posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, exarado no

<sup>3</sup> FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993; Revista dos Tribunais: 17ª Edição – 2016, pág. 1122.

<sup>4</sup> Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª ed. ver., atual, e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 961.



Processo Administrativo n. 682.700, Rel. Conselheiro Antônio Carlos Andrada, Sessão do dia 23/10/2007, no qual são apontadas formalidades necessárias ao processo de prorrogação contratual:

[...] somente em situações excepcionais e ocorrendo uma das hipóteses elencadas no § 1º do artigo 57 da Lei n. 8.666/93, os contratos celebrados com a Administração Pública poderão ter seus prazos alterados. Diz, ainda o referido dispositivo "que o motivo deve ser devidamente autuado em processo". Já o § 2º do mesmo artigo diz que "toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato". Trata-se, pois, de formalidades imprescindíveis e obrigatórias para o aditamento contratual, não podendo a Administração pública se abster de praticá-las, quando da aditivação dos contratos [...]. **(Destacou-se)**

Ressalte-se ainda as formalidades impostas pela Súmula nº. 67 da Corregedoria-Geral do Município<sup>5</sup>, o que inclui a certificação pelo fiscal acerca da capacidade técnica da contratada e da manutenção das condições de habilitação.

No caso em análise, a área técnica salienta que ações de vandalismo acarretaram acréscimo nos serviços, o que faz com que a situação fática em análise enquadre na hipótese elencada nos itens I, II e IV do § 1º do supracitado art. 57, não podendo a Administração deixar de prorrogar o contrato.

Destaca-se que foram respeitados os supracitados requisitos para a contratação: autorização e justificativa expressas (fls. 623/626), atestado de capacidade da contratada e manutenção das condições de habilitação emitido pela fiscal (fls. 635).

### **III – CONCLUSÃO**

Após verificação da legalidade dos motivos que justificam a Solicitação de Aditivo de

<sup>5</sup> SÚMULA 67

DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

A eventual prorrogação de prazo em contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte, desde que prevista no edital e no contrato, poderá ocorrer, por meio da celebração de termo aditivo, após ato da autoridade competente, nos termos dessa súmula.

O ato da autoridade competente que justifica a intenção de prorrogar deverá conter, no mínimo, os motivos que justifiquem a necessidade da prorrogação, a demonstração da conveniência e oportunidade da prorrogação, a comprovação da qualidade da atuação da contratada, a indicação da existência de dotação orçamentária, bem como informações que comprovem a manutenção das condições de habilitação e idoneidade da contratada.

O parecer jurídico, necessário à celebração do termo aditivo com vistas à prorrogação, deverá afirmar a presença ou não das condições acima, sem prejuízo de outros aspectos legais.

Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte deverão adotar medidas que assegurem a constante fiscalização e acompanhamento dos contratos administrativos de modo a subsidiar de informações a autoridade competente pela decisão relativa à prorrogação.

A autoridade competente deverá assegurar que o exame e as eventuais providências necessárias à prorrogação dos instrumentos contratuais se iniciem com o prazo de 06 a 03 meses antes do término da vigência do contrato, a depender da complexidade da contratação, ficando vedada a prorrogação de prazo de contrato administrativo cuja vigência já tenha expirado.

Fundamentação:

Art. 57 § 2º da Lei n.º 8.666/93;

Art. 36 do Decreto Municipal n.º 10.710/01.





644  
R

Prorrogação de Prazo Contratual nº 2, datada de 25/05/2021, ora em análise e por estar o expediente instruído, com aprovação dos Departamentos competentes, opinamos pela possibilidade de celebração do instrumento pretendido, razão pelo qual aprovamos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, a minuta do Termo Aditivo nº 02 ao Contrato DJ 006/2021 para prorrogação do prazo contratual.

É o parecer.

*Marlene Silva Leonardo Melo*

Advogada Pública – DPCT-SD

De acordo:

*[Assinatura]*

Gerência De Controle de Contratações  
SD02759-7 GECCO-SD

*[Assinatura]*

Chefe de Departamento – DPCT-SD

**Aprovo:**

*[Assinatura]*

Diretor Jurídico – DJUR-SD

